

O homoerotismo da Antiguidade Clássica sob a ótica de gregos e romanos

The homoeroticism of Classical Antiquity from the perspective of greeks and romans

Fábio Rodrigues da Silva⁸

Artigo recebido em 13 de outubro de 2025

Artigo aceito em 13 de janeiro de 2026

Resumo: O artigo analisa o homoerotismo nas culturas grega e romana, destacando como o desejo entre pessoas do mesmo sexo era compreendido dentro das dinâmicas sociais, estéticas e pedagógicas. Busca-se compreender como essas representações contribuíram para formar discursos sobre corpo, desejo e gênero, evidenciando a permanência e transformação do erótico na tradição ocidental.

Palavras-chave: Antiguidade Clássica; Cultura greco-romana; Homoerotismo.

Abstract: The article analyzes homoeroticism in Greek and Roman cultures, highlighting how desire between people of the same sex was understood within social, aesthetic, and pedagogical dynamics. It seeks to understand how these representations contributed to shaping discourses on body, desire, and gender, revealing the permanence and transformation of the erotic in Western tradition.

Keywords: Classical Antiquity; Greco-Roman culture; Homoeroticism.

1 Introdução

As relações entre pessoas do mesmo sexo sempre foram realidade e estão registradas de diversas formas: nas artes, nos documentos oficiais, nas memórias e artefatos da Antiguidade, que deixam claro, como já se é de esperar, que pessoas sempre estiveram em contato com suas mais variadas formas de vínculos desde que se percebeu que o outro pode ser complemento de si mesmo, amorosa e sexualmente falando.

Há registros históricos de que Júlio César teve casos amorosos com homens e mulheres; Sócrates era adepto do amor homofílico (entre iguais); e Safo cantava os amores entre mulheres. Na mitologia, Apolo teve amantes como

⁸ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande (PPGLE/UFCG). Email: fabio.rodrigues@servidor.uepb.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5822-7836>

Jacinto (*Metamorfoses* I, 453–567) e Dáfne (*Metamorfoses* X, 162–219), e existem narrativas sobre os amores entre Niso e Euríalo (*Eneida* IX, 176–502) e Ífis e Iante (*Metamorfoses* IX, 666–797). Outros poetas da Antiguidade também registraram nuances homoeróticas em suas obras, fosse como componente jocoso de comédia, para condená-las ou para suscitar dramas amorosos, como Plauto, Catulo, Tibulo, Petrônio, Juvenal, Suetônio e Marcial.

Apesar de haver registros, sejam históricos, literários ou outros, de sentimentos, afetos e amores trocados entre indivíduos do mesmo sexo, não se pode falar em homoafetividade, considerando que seja uma produção do domínio e vivência da sexualidade na contemporaneidade. Apenas a partir do século XIX que a sexualidade tornou-se a chave da individualidade e com isso o entendimento humano moldou-se conforme essa relação, contribuindo para a construção das identidades sexuais hoje já conhecidas (Foucault, 1984). Logo, ainda que não seja nem um pouco fácil determinar o funcionamento mais fidedigno das manifestações sexuais da Antiguidade Clássica, é preferível falar de homoerotismo, conceito que abraça todas as formas de relacionamentos entre indivíduos do mesmo sexo. Além disso, o termo parece-nos ser menos problemático, visto que os outros possuem abordagens mais ideológicas e são frutos de outras percepções anacrônicas.

O presente artigo, portanto, busca examinar as diferentes concepções de homoerotismo nas culturas grega e romana, evidenciando como cada uma organizava suas práticas e representações afetivo-sexuais, compreendendo tais relações dentro de seus próprios contextos culturais e simbólicos.

2 O homoerotismo em perspectiva

Faz-se necessário delimitar o conceito de *homoerotismo*, termo que, embora contemporâneo, é empregado aqui como instrumento analítico para pensar as expressões do desejo entre pessoas do mesmo sexo na Antiguidade. Diferente da noção de homossexualidade, o homoerotismo não implica identidade fixa ou orientação sexual, mas refere-se à experiência estética, afetiva e simbólica do *eros* (pulsão de desejo) entre semelhantes. Para tanto,

começamos nos filiando ao delineamento de homoerotismo nos apoiando na concepção de que é

um conceito abrangente que procura dar conta das diferentes formas de relacionamento erótico entre homens (ou mulheres, claro), independentemente das configurações histórico-culturais que assumem e das percepções pessoais e sociais que geram, bem como da presença ou ausência de elementos genitais, emocionais ou identitários específicos. Trata-se, pois, de um conceito capaz de abarcar tanto a pederastia grega quanto as identidades gays contemporâneas, ou ainda tanto relações fortemente sublimadas quanto aquelas baseadas na conjugalidade ou na prostituição, por exemplo (Barcellos, 2006, p. 20).

Concomitantemente, Costa (1992) afirma ser o homoerotismo um conceito mais flexível e que melhor define a pluralidade de práticas de contato entre indivíduos do mesmo sexo que podem apresentar-se em diferentes sociedades e circunstâncias. O autor ainda adota a ideia de que usar termos como homossexualidade ou homossexualismo (e incluímos homoafetividade) para referir-se a qualquer recorte histórico de envolvimento entre esses mesmos indivíduos, sem ponderar seu contexto, é uma atitude etnocêntrica.

Em segmento, usar a adjetivação “homossexual” é recuperar as marcas linguístico derivacionais, de teor higienista, psicológico e médico, de homossexualismo, termo abolido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1990 por aludir-se a uma condição patológica. Ainda que o termo tenha se ressignificado ao referir-se, atualmente, à homossexualidade, seu processo semântico continua constituindo-se fruto da contemporaneidade.

Por fim, homoerótico não se refere a uma identidade já que o campo de significação dessa se relaciona a uma individualidade humana, enquanto aquele incorpora uma gama maior de objetos, mas não necessariamente sujeitos. O Homoerotismo elabora um elo com a “possibilidade que têm certos sujeitos de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico” (Costa, 1992, p. 22).

Em suma, os homens ou mulheres homoeroticamente inclinados não denotam uma individualidade cultural, psíquica e comportamental que determinaria uma inevitável e única condição sexual, ao contrário das orientações demarcadas pelo espectro contemporâneo polarizado entre heterossexualidade

e as variações LGBTQI+. Ou seja, não existe um traço único e homogêneo que define o homoerotismo quanto à interioridade do indivíduo, apenas em relação à manifestação de práticas delineadas como homoeróticas, ou seja, próprias da expressão externa. Homoerotismo seria então o conjunto de potencialidades com que as expressões eróticas entre indivíduos do mesmo sexo podem se materializar, seja sobre às manifestações das orientações sexuais da contemporaneidade, ao conceito de desvio sodomita judaico-cristão ou às instituições sociais greco-romanas.

Apresentamos esse conceito aqui no intuito de realizar um movimento retórico de distanciamento dos conceitos político-ideológicos contemporâneos que teorizam as categorias sexuais. Interessa-nos mais os aspectos relacionados ao agir homoerótico, não ao sujeito em sua subjetividade.

Deveras, o homoerotismo da Antiguidade Clássica contribuiu com impactos significativos na construção dos discursos contemporâneos (de identidade, da psique homossexual e da luta enquanto movimento articulado por ações afirmativas, por exemplo) através de reverberações de registros historiográficos, médico-científicos e literários (Santos, 2009). Esses dados foram usados, sobretudo, a partir do século XIX para teorizar o enquadramento das sexualidades e, claro, não podemos deixar de destacar que também serviram de subsídio para os discursos equivocados, e diríamos desonestos, em torno das expressões homoeróticas greco-romanas. Ademais, esses registros contemplam marcas que:

revelam-se nelas uma multiplicidade de abordagens, de representações, de imagens do homoerotismo grego que compõem um imaginário e uma discursividade permanentemente em pauta nos debates gerados em torno das construções das subjetividades homoeróticas modernas, particularmente, da construção da categoria e da identidade homossexual, [...] portanto, compõem importantes vetores pelos quais passaram a integração da cultura política em questão. No conjunto, elas exprimem, em suas abordagens, representações e imagens do homoerotismo grego, uma variedade de usos políticos e referências iluminadoras que alimentam, corporificam, retesam e norteiam as diversas subjetividades do homoerotismo no mundo moderno enquanto parte essencial da constituição da sexualidade (Santos, 2009, p. 13).

O argumento exposto ratifica a importância político-histórica de recuperar os esquemas das expressões da sexualidade em outras épocas, pois elas contribuem para a compreensão das nossas. Além disso, a necessidade dos movimentos de reconstituição de uma cultura política e historiográfica homoerótica também intenta reconstituir os percursos que desaguaram na construção das violências, preconceitos e tabus do nosso tempo.

3 O homoerotismo sob a ótica dos gregos

Na sociedade grega jamais foi elaborada uma categoria que englobasse indistintamente homens e mulheres de todos os meios sociais, tendo em comum o fato de sentirem atração por pessoas do mesmo sexo. Supõe-se que os gregos eram cientes que indivíduos se diferenciavam em suas preferências sexuais, mas na sua língua grega não tem nenhum substantivo correspondente à “homossexual”, “heterossexual” ou qualquer variante (Dover, 1994).

As manifestações sexuais tinham a ver, por exemplo, com momentos da vida de um homem, o qual na sua adolescência participava de instituições sociais, no caso dos jovens gregos, em que as práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo poderiam ser, também, uma maneira de educação e inserção social legitimada pela própria sociedade. Quando mais velho, esse sujeito estaria exercendo seus deveres sociais de chefe de família e de procriação junto a uma mulher sem que essa se importasse com os fatos de que a iniciação sexual de seu parceiro fora com outro homem. Na verdade, ter sido iniciado por outro homem, esse sendo sábio e detentor dos saberes sexuais, políticos e culturais da *pólis* grega, era motivo de prestígio e atestado de virilidade.

Segundo Flores (2017), nada na vida grega sugeria que o indivíduo deveria fazer algum tipo de escolha entre a vida amorosa com homens ou mulheres, considerando a permissividade e naturalidade com que essas relações eram encaradas. A vida sexual era delimitada por questões como idade, período da vida, classe social, cidade, de mesmo modo como outras instituições sociais tais quais trabalho, casamento, vida pública e afins; e esses contatos não

implicavam necessariamente em uma identificação individual com orientação sexual, como ocorre na contemporaneidade. Portanto, o delineamento da vida sexual não se dava mediante uma interiorização de identidade, mas de um processo enxergado a partir da exterioridade; a individualidade sexual só será alcançada milênios à frente. A esfera ética, bem como as leis que regiam os comportamentos sociais, não se refere em nenhum momento ao caráter homoerótico como algo proibido, condenável ou indigno. O que se era proibido, condenado e repudiado, de fato, eram aqueles que se entregavam aos vícios, pois esses corrompiam o cidadão; e aquele que se corrompe na esfera privada, também o fará na esfera pública (Barbo, 2008).

Entre as manifestações do universo masculino homoerótico na Grécia Antiga, destaca-se a pederastia, encarada como “um fato social; [logo] não se pode suprimi-la” (Mazel, 1988, p. 129). O sistema de pederastia foi institucionalizado pela sociedade grega, provavelmente integrado a partir do contato com os dórios⁹, tendo como destaque a cidade de Atenas, e relacionava-se com a formação do ideal de cidadania e aos processos ritualísticos de inserção dos homens nos espaços sociais de maior prestígio.

Como aponta Sousa (2008), a palavra pederastia é formada pelas palavras gregas *paides* (menino/criança) e *erastés* (aquele responsável por cuidar, amar e educar), e representava uma instituição social legitimada e relacionada a uma espécie de tutoria dos homens da *pólis* (por volta de 20 a 25 anos) responsáveis por ensinar e inserir os jovens a partir de 12 anos (também chamados de *erómenos*) na vida política, intelectual e sexual, numa espécie de ritual de iniciação. Em relação ao processo de formação das palavras, “o termo *erastés* tem sentido ativo; sua construção deriva do verbo *eráo* (amar, apaixonar-se) na forma ativa; *erómenos*, derivado do mesmo verbo, compõem-se do sufixo – *menos*, cuja procedência indica voz passiva (Silva, 2011, p. 97).

É preciso esclarecer que a pederastia não é análoga à pedofilia, compreensão contemporânea totalmente distinta e concebida como crime; na

⁹ Antigos povos indo-europeus que habitavam partes do Peloponeso, as ilhas do sul do Egeu, incluindo Creta e o sudoeste da Ásia Menor e constituem juntos com os aqueus, jônios e eólios os grupos étnicos responsáveis pela construção da cultura grega. (Hall, 2001)

verdade, é necessário afastar se dos conceitos da contemporaneidade que possam se supor, de maneira equivocada, serem semelhantes à realidade da Antiguidade Clássica. Não havia nada em tal sistema que pudesse ser encarado como obscenidade ou corrupção da moral vigente.

Na pederastia, havia uma preparação para o momento da sedução semelhante a uma caça, em que *erastés* (*erastai*, no plural) iam em busca de *erómenos* (*eromenoi*, no plural), e isso era uma honraria, já que seriam instruídos, educados e protegidos; enquanto que era função dos *erastés* visar ao bem da pessoa amada, ao seu aperfeiçoamento moral e ao caminho da virtude. Silva (2011) relata que ao *erastés* cabia tomar a iniciativa, empreender perseguições ao seu objeto de desejo nos lugares que frequentava, oferecer-lhe presentes, entre outros; já o *erômenos* definia-se por sua resistência em ceder, por sua recusa e esquiva das investidas dos seus cortejadores.

O jogo de sedução sendo bem sucedido e a caça concretizada, o Eros condicionaria o compartilhamento e a vivência do sentimento amoroso, encarado como “uma pedagogia irônica e pragmática a serviço dos amantes” (Mazel, 1988, p. 129). Mediante o exposto, é factível que o “termo pederastia é bem preciso: trata-se da relação adulto-jovem, que é, ademais, uma relação política e pedagógica, ao mesmo tempo que erótica” (Silva, 2011, p. 19).

Vale acrescentar que o radical grego *pais*, presente na palavra *paides* e integrante de pederastia, pode tanto ser traduzido como criança ou escravizado, ambos sem direito à cidadania, mas apenas um com possibilidade de adquiri-la. A pederastia se trata de um processo de anulação da ausência de cidadania, virtude tão importante para a sociedade grega porque denota o uso absoluto da razão, e apenas homens de berço grego poderiam atingir tal nível.

Se tratando dos processos educacionais, as escolas, que ainda estavam em processo de desenvolvimento e assimilação, tinham como o encargo o ensino básico da matemática, das artes, da leitura, atletismo e afins, apenas instruções técnicas de conhecimentos práticos; era, portanto, obrigação do *erastés* a continuidade do processo educacional, sobretudo de ordem política. Quando o filho era homem, a mãe só era apenas responsável pela criação do bebê e sua

educação até os sete anos de idade e, por ser mulher, não deveria de forma alguma inserir-se em qualquer processo de educação cidadã; e quanto ao pai, antes de ser chefe de família, ele era também homem de vida pública, com outros fazeres relacionados ao exercício de sua própria cidadania.

Isso porque o conceito grego de educação era intimamente ligado à necessidade de relações estreitas e íntimas, com a terna solicitude de desejar ao próximo crescimento moral e ético e de gratidão passional pela condução prestada. Daí os jovens gregos precisarem da pederastia e do contato com homens mais velhos para iniciarem seus conhecimentos e domínio sobre a o exercício e os aspectos da vida pública. Nesse viés, “Eros inspira um sentimento totalmente diverso, mais moral e pedagógico, aquele que anima o espírito pederástico elevado ao nível de uma paixão profunda e desinteressada, a benevolência partilhada entre erastas e erômenos¹⁰” (Mazel, 1988, p.180). Para tanto, é preciso considerar que

a proteção do amado marca um rito de iniciação e de integração na sociedade masculina. Depois, abandonado o estilo de vida militar, essa iniciação é sublimada numa educação cujo ideal moral reencontra assim a sua expressão: “o desejo do mais velho de afirmar-se aos olhos de seu amado, de brilhar diante dele, o desejo simétrico do mais novo de mostrar-se digno de seu amante”. De solidariedade militar e virilidade instintiva, a pederastia transformada em pedagogia se metamorfoseia num certo tipo de sensibilidade, de sentimentalidade viril. Praticamente, o amor contribui para a formação moral e intelectual do amado na falta de outra educação (Mazel, 1988, p. 113).

Essa ligação amorosa acompanhava-se de um trabalho de formação e condescendência quase paternal de um lado, e de maturação, docilidade e veneração de outro que se ilustravam no convívio cotidiano, na conversação, na vida comum e progressivamente na inserção do erômenos na vida pública do erastês, que abarcava a participação em clubes, ginásios, assembleias político-administrativas, banquetes, entre outros (Marrou, 1973).

Por isso, o educador que oferecia seu serviço a qualquer um, sem estabelecer vínculos passionais com seus alunos era mal visto pela opinião

¹⁰ O tradutor da obra de Mazel, Antonio de Pádua Danesi, concebe como tradução dos termos *erastês* e *erômenos* como erastas e erômenos. Contudo, para esse trabalho optamos a transliteração do grego arcaico, sem demarcação de itálico.

pública. A comunicação da ciência e do conhecimento deveria ser destinada a quem se ama, porque isso seria o que o distinguiria politicamente dos demais e daria condições de elevar suas virtudes; isso também justifica porque o contato de ordem sexual encontrou subsídio para surgir no meio desse processo, já que naturalmente o contato íntimo era cultivado e necessário.

Com isso, é possível considerar que essa “devoção certamente foi explorada para fins militares, e com bons resultados, uma vez que o *erastés* e *erómenos* mostram um para o outro a sua disposição em suportar a dor e a morte” (Dover, 1994, p. 78). As cidades-estado mais focadas no desenvolvimento militar, como o caso de Esparta, estimulavam dentro do exército espartano os relacionamentos homoeróticos, o que o tornava mais eficiente. Ora, se o soldado estivesse em batalha, ele estaria lutando não apenas por sua cidade-estado, mas para simultaneamente proteger a vida de seu amado; o que naturalmente fazia aumentar o seu grau de dedicação enquanto combatente. Se da sexualidade, e cabe aqui destacar que “embora esse termo, moderno, não se aplique com justeza ao mundo grego, todavia, muitas obras [...] fazem uso dele, como uma forma de tentar minimizar a distância cronológica e cultural (Silva, 2011, p.19), esses papéis também eram divididos do ponto de vista sexual e

embora a relação pederástica constitui-se um “jogo aberto” em que nenhum dos parceiros tinha poder estatutário sobre o outro, os papéis sexuais de *erastés* e *erómenos* costumavam ser definidos, na dinâmica erótica, em termos de atividade e de passividade: a relação entre *erastes* e *erómenos* caracterizou, assim, uma relação de agente e paciente (Silva, 2011, p. 97).

Na esfera sexual masculina, nenhum homem penetrava outros homens e se submetia à penetração por outros homens no mesmo estágio de sua vida. Quando atingisse as condições suficientes, o *erómenos* (sexualmente passivo) poderia assumir-se enquanto *erastés* (sexualmente ativo), o que era associado com o desenvolvimento da cidadania e concretude da virilidade. Até lá, o cenário de cortejo criado concebe uma espécie de “amor inspirado pela gratidão e admiração ao *erastés*, combinada com solidariedade, [e] induz o *erómenos* a conceder os ‘favores’ e prestar os ‘serviços’ que o *erastés* tão óbvia e

apaixonadamente deseja” (Dover, 1994, p. 81).

A relação de erómenos e erastés não pode assumir-se apenas como uma forma de satisfação genital ignorando seu caráter primordialmente pedagógico; é preciso considerar que “a pederastia grega encarnou uma elevada espécie de relacionamento humano que muitos autores verberaram por ignorarem o seu aspecto educador ou, mais provavelmente, por entenderem-no como licença institucionalizada à penetração anal” (Andrade, 2017, p.13), e resumir um fato histórico de elevada importância na sociedade grega a algo essencialmente sexual como finalidade única é, no mínimo, desonestidade.

Os casos de desvio da função primordial da pederastia eram encarados como abdicação da cidadania e da sua masculinidade, que, em outros termos, como essa pertencia apenas ao universo masculino, se transfigurava na permissão que a feminilidade fosse sobreposta. Além disso, trejeitos considerados efeminados, encarados como uma baixaza desvirtuosa, e qualquer coisa identificada como uma atitude feminina também eram repudiados. Muito mais do que uma simples afeição e espécie de tutoria, a pederastia era uma ferramenta de manutenção do regime democrático e era cobrado comprometimento absoluto.

Com o tempo, o papel de passividade não poderia ser mais aceito por um erómenos quando esse estivesse no auge de sua puberdade e uma das marcas desse processo era o surgimento de pelos, principalmente no rosto (barba). Esses dados revelam um sistema que possui um tempo para início e outro para fim, igualmente moldados a partir do processo de desenvolvimento biológico masculino, sobretudo no que diz respeito à virilidade.

Apesar do caráter de legitimação das relações pederásticas e não existir aí um problema de ordem moral, “não se pode afirmar, sem menos, que o uso dos prazeres entre homens adultos e rapazes não trouxesse inquietações para a sociedade grega” (Matias *et al.*, 2016, p. 2). A distinção entre homo e heterossexualidade dava lugar a uma divergência entre aqueles que eram donos de si e dos seus desejos e aqueles que cediam ao controle irracional desses; mais valia o controle de suas emoções e vontades que o sexo ou o gêneros. Essas

questões foram pauta na filosofia que discutia aspectos éticos e morais da existência humana, como, por exemplo, em Platão, e concebiam que

o sexo não está relacionado ao corpo, mas a alma. É a alma que deseja e o corpo é apenas um instrumento de saciar o desejo da alma. Tudo que vem da alma é bom. O prazer vem da alma que é imortal e existe antes de se encarnar a um corpo, mas o corpo, que é o cárcere da alma, a desvirtua. Toda alma está destinada a sentir prazer, mas esse prazer que é bom pode ser desproporcional, se ele não for controlado pela razão (Matias *et al.*, 2016, p. 5).

Para essa tradição filosófica, não interessa investigar quais são os desejos e os prazeres resultantes, mas as pulsões que induzem a busca desses, bem como o controle de tais para que se evite o vício irracional. A dimensão das práticas sexuais, portanto, precisa evitar a carência (porque elas são essenciais) e o excesso (porque podem anular a razão), sendo a moderação o ápice que a moral exige e também um exemplo categórico de virtude, propósito que deveria ser visado e alcançado.

E, se o homem não conseguia controlar seus instintos sexuais, então também não o faria na vida política, nas assembleias, no convívio em sociedade, no seu exercício de cidadania, durante as lutas e guerra, nos cargos de administração político-militar, enfim; resquício de descontrole configurava em falta de aptidão para todos os espaços da vida pública cidadã. Qualquer sinal de descontrole era considerado fraqueza e falta de preparação racional.

O homem precisa aprender a controlar seus impulsos, porque os instintos postos em práticas sem o uso da razão é uma característica animal. Logo, os erómenos e/ou erastés que se submetessem aos prazeres sexuais destituídos da veia moral que o processo pederástico tem em seu cerne, estariam se corrompendo e sujando a imagem de um sistema de importância crucial para a manutenção da *pólis* grega, sobretudo a ateniense, onde a pederastia encontrou o seu mais alto nível de legitimação tanto pela opinião pública quanto pela esfera estatal.

A ritualística pederástica também se comprova como essencialmente falocêntrica; o elo sexual, fosse executado de forma anal ou intercrural (sexo

realizado pela penetração do pênis entre as coxas), indicava uma “prática iniciatória [que] fazia parte do costume dos dórios que visava à formação do guerreiro ao qual acreditavam que a *dynamis* [força] masculina do *erastés* era absorvida via sêmen pelo *erómenos*” (Candido, 2016, p. 38). Não devemos ignorar que a possibilidade de existência de uma instituição tão forte e de necessária manutenção advém, também, da exclusão de mulheres dos principais espaços políticos da sociedade grega. Logo, podemos considerar que

a pederastia pode pretender ostentar-se como um ideal viril numa comunidade de homens, se não como um ideal misógino numa sociedade que exclui a mulher de seus valores morais. Basta uma vista de olhos sobre as condições de vida das moças e dos rapazes para esclarecer as razões “culturais” que favoreceram e estruturam a instituição pederástica. (Mazel, 1988, p. 106).

Na sociedade grega, “o discurso masculino de opressão às mulheres consegue realizar [...] a subjetivação da dominação, uma vez que ele convence as mulheres de sua incapacidade, de sua inferioridade e da fragilidade perante aos homens” (Silva, 2011, p. 87). Mediante isso, era impossível conceber uma relação pederástica envolvendo mulheres, principalmente considerando que a ascensão de erómenos para erastés se dava quando os aspectos femininos davam lugar aos masculinos e viris, finalidade última do processo pederástico.

As mulheres só podiam submeter-se à condição de exclusão, sem direitos e apenas os desejando, mas completamente fora de alcance, tal qual acontecia com escravizados e estrangeiros; o “gênero feminino na Grécia, sem direitos de escolhas, apegava-se à lei divina, tendo como seu destino o cumprimento das leis da pólis” (Ferreira, 2002, p. 121), o que não anulava que as mulheres possuíssem relacionamentos amorosos, inclusive homoeróticos. Apesar disso, as informações a respeito dessas manifestações são pouquíssimas em comparação à abundância de testemunhos de homoerotismo masculinos (Dover, 1994). Um dos registros mais famosos é o de Safo, sobre a qual infelizmente se conhece pouquíssimo, quase nada. Entretanto, o que se pode dizer, muitas vezes por dedução e por fontes até duvidosas, é que Safo

tinha relações sexuais com jovens garotas da ilha [Lesbos], que foi professora de uma escola feminina e compunha seus poemas nesse contexto de performance ritual, tais como epitalâmios, hinos, ritos de passagem, dentre outros, com um cargo de formação pedagógica feminina, que seria um espelho da instituição pederástica da pedagogia ateniense (no caso, a professora seria também uma amante da aluna, sua amada). (Flores, 2020, p. 8).

O Eros não deixava de arder e impulsionar o relacionamento entre as mulheres de Lesbos, de onde advém o termo “lésbico” para denominar a condição homossexual feminina, bem como “sáfico” tornou-se adjetivo associado a esse universo de cultivo de amores entre mulheres. Safo ainda estabeleceu um processo educacional que tinha a música como uma forte ferramenta pedagógica, em que cantava sua vida, seus amores e suas relações com suas alunas, apesar de que boa parte dessas obras poéticas não nos chegou em registro, salvo raros fragmentos.

Contudo, se para a pederastia masculina (e aqui assumimos a redundância) os papéis apresentavam limites muito bem definidos em numerosos aspectos de ordem sexual, política e atitudinal, nas relações entre mulheres não há sinal algum que aponte para semelhante dissimetria que socialmente regulamentaria estas relações (Boehringer *apud* Leite, 2013).

Não podemos afirmar que a pederastia foi um fato no universo feminino, já que carecemos de fontes e os registros oficiais não colocam essa possibilidade como real. Pouco se sabe do funcionamento sociopolítico e cultural de Mitilene, principal cidade de Lesbos; mas foi, provavelmente, um espaço onde o feminino encontrou oportunidades de desenvolver-se sem grandes contatos com o mundo grego dominado pelo patriarcado. Contudo, mesmo questionada quanto às suas circunstâncias de legitimação e manutenção, a pederastia foi um fato social que marcou a civilização grega, sendo, nesses conformes, um símbolo registrado da sua cultura e não havendo possibilidades reais de ser construída em nenhuma outra sociedade, incluindo a romana, mesmo que essa tenha absorvido muito daquela.

A partir dessas ponderações, podemos lançar um questionamento: se a pederastia grega não foi assimilada pelos romanos, como a sexualidade

homoerótica de ordem pública era encarada nos seus espaços sociais?

4 O homoerotismo sob a ótica dos romanos

Muito da cultura grega foi incorporada pela civilização romana, embora com diferenças significativas; todavia o culto à sexualidade liberta tenha sido talvez um dos mais paradoxais registros de continuidade e permanência dos ideais gregos na cultura latina. Os romanos pensavam seus prazeres a partir da Grécia, afirmam Florence Dupont e Thierry Elói (*apud* Flores, 2017).

Ainda assim, acreditamos ser possível identificar traços da pederastia na literatura latina. Os textos latinos acerca dessa temática não constituem um reflexo factual da sociedade, mas um desdobramento da assimilação da cultura grega registrada de forma estilística, como releitura e recriação, apesar de a pederastia nunca ter sido inserida nas condutas dos cidadãos romanos e talvez por isso haja muito menos exemplares de literatura homoerótica romana do que grega (Flores 2017). Os romanos, ao acolherem a literatura alheia, incorporaram uma realidade poética que não diz necessariamente respeito às suas nuances históricas.

O que não implica dizer que não havia relações entre homens e mulheres do mesmo sexo; muito se tem de registro sobre a sociedade romana que viveu ápices de permissividades sexuais e conhecimentos dos domínios do corpo, dos desejos e das vontades da libido ainda não tocada e constrangida pela moral e pela ética judaico-cristã. Nas narrativas deixadas pelos próprios romanos, é possível visualizar uma civilização que enxergava o mundo com excessos, fruto das dominações sobre o Mediterrâneo e o acúmulo de riquezas e luxos que elevava Roma como referência, ainda hoje (Júnior, 2017).

Em Roma, os registros narrativos dessa sociedade hiperbólica, experimental e libertina serviram para os mais diversos interesses políticos seja para retratar os poderosos governantes caídos em desgraça, como no caso da maioria das narrativas sobre Calígula, Nero, Cômodo, Caracala ou Heliogábalo; seja para fortalecer, por evidente contraste, os cidadãos e governantes considerados virtuosos segundo a

moralidade romana do período, como Tito, Antonino Pio ou Marco Aurélio; seja, enfim, como uma sátira de costumes, como nos romances latinos – *Satyricon* e *Asno de Ouro* (Júnior, 2017, p. 7).

Somam-se inúmeros registros orgiásticos com práticas de incesto, perversão ilimitada, depravação moral, luxúria exacerbada, entre outros, que transformaram as imagens de governantes romanos como Calígula, Nero e Tibério em verdadeiros monstros absolutos e violentos que se valiam da corrupção do sexo como métodos punitivos, individuais e para compensar seus imaginários pessoais e fetichistas de prazer. Tudo isso acabou por formar um amplo cenário de licenciosidade e devassidão, que nunca mais foi alcançado nas descrições históricas ocidentais (Júnior, 2017).

Essa sociedade fundamentada nos exageros e nas expressões libertinas, obviamente, construiu suas próprias concepções de moral e ética e estabeleceu em seu estatuto jurídico, dispositivos legais para controlar e regulamentar seus códigos de condutas sexuais. Como a herança grega, o exercício da sexualidade era intimamente ligado ao domínio do corpo, de si e dos desejos e das relações de poder que os permeiam. Os corpos dos jovens cidadãos precisavam ser protegidos e guardados, tanto meninas (*uirgenes*) preservadas para o casamento, como meninos (*pueri*) mantendo sua virtude de masculinidade em processo de construção.

A violação do corpo constituía crime de *stuprum* (atentado ao pudor), que não tem a ver com consentimento tal qual entendemos o estupro (palavra que deriva etimologicamente daquela) na sociedade atual, mas a uma falta de autocontrole e uma cessão aos prazeres mais baixos que não se construíam no gozo recíproco, mas ao fato de que dar prazer para outrem sem dar a si mesmo era um crime gravíssimo. Daí o sexo oral ser um tabu romano e algo considerado depravado e devasso, independente se fosse realizado em homens ou mulheres. Isso nos ratifica que a passividade moral (dar pra prazer ao outro se abstendo do seu) nada tinha a ver com os sexos dos componentes do ato sexual, mas às suas condutas éticas. Em acréscimo:

para os romanos a virilidade não era apenas um acontecimento sexual:

era uma virtude política. Criados na mais tenra idade na ótica da conquista, ao alcançar a idade adulta os cidadãos romanos deverão dominar o mundo. Como se surpreender, assim sendo as coisas, de terem conservado seu direito de impor a própria vontade a todos, também no campo sexual? Em relação a isso, a regra era “não se deixar submeter” (Cantarella *apud* Feitosa, 2016, p. 127).

Apenas os escravizados romanos, que não tinham cidadania e por isso não tinham vez, voz, e domínio do seu próprio corpo, poderiam se abster dessa moralidade (não por escolha), e por isso eram tidos como objetos sexuais e obrigados a ceder às vontades de seus senhores, pois a eles pertenciam. Ceder aos desejos da carne sem racionalidade e domínio de si era se comportar como escravo e abdicar da cidadania romana, bem como perder virilidade e masculinidade (Flores, 2017). As relações de poder estabelecidas eram as definidoras das práticas consideradas licenciosas ou não; o que tivesse no domínio de posse da grande elite romana e não fosse submetido às mesmas normas do corpo do cidadão livre poderia (e deveria) ser alvo dos desejos libidinosos e fetichistas do senhorio. Submeter-se em absoluto aos prazeres do outro abdicando dos seus ou ao descontrole irracional de si mesmo constituíam uma *infamia* (desonra).

Durante o sexo, o homem romano livre (*uir*) exercer a passividade configurava-se como *impudicitia* (ausência de *pudicitia*, relacionada à integridade corporal e qualidade de um corpo impenetrável, pode ser encarada como uma castidade ou honra sexual), logo, ele teria status de *impudicus*; portanto, a *pudicitia* é o oposto de *stuprum*. Independentemente da idade (e aqui se tem outro contraponto ao estatuto pederástico grego), ser penetrado numa atitude passiva equivalia a ter a masculinidade fraturada, perdendo um código social e jurídico de cidadania romana; essa recusa da pederastia era, por conseguinte, não uma repulsa sexual, mas um interdito político.

Segundo Feitosa (2016), o comportamento sexual idealizado pela sociedade romana era encaixado em uma hierarquia falocêntrica e que conduzia a humilhação a partir das possibilidades de penetração, variando em 1) vaginal (*futui*) que já colocava naturalmente todas as mulheres em posição de inferioridade; 2) anal (*cinaedus/pathicus* + masc. e fem.); e 3) oral

(*irrumare/fellare* = masc. e fem.), sendo essa a mais humilhante conforme o código ético romano e mais alto nível de passividade moral.

Os desejos de concretizar suas pulsões sexuais eram descontados nos homens escravizados, situados à margem dessa esfera ética e moral. Mas só poderia ocorrer se os escravizados fossem pertencentes ao próprio senhor; praticar atos sexuais com aqueles pertencentes a outro domínio constituía outra espécie de crime, relacionado à violação de propriedade. Sobre o assunto, cumpre destacar que

o Direito Romano Civil previa uma categoria comum na qual se podiam classificar tanto animais como escravos, a saber, categoria das *res mancipii* ou *mancipia*, da qual faziam parte os objetos de propriedade passíveis de compra e venda. *Res* ou coisa está em oposição a *persona* ou pessoa jurídica. A própria coisa (*res*) não portava nenhum direito próprio ou subjetivo, mas era unicamente objeto do direito da pessoa que a possuía. Em outras palavras, enquanto *res* ou coisa, o escravo não era sujeito de direito, mas apenas objeto deste. Destituído assim de personalidade jurídica, o escravo coisa era, ao menos do ponto de vista do direito civil, um ser nulo (Vasconcelos, 2012, p. 138-139).

Desta maneira, menos valia com quem se praticava atos sexuais (do ponto de vista do gênero) e mais importava o estatuto civil desses, assim como os comportamentos durante tais atos; ser passivo ou ativo não se resumia ao coito, mas sim à passividade ou atividade moral estabelecida pelas nuances de cidadania, que englobava apenas os homens essencialmente romanos. O código moral romano estava também relacionado a um domínio de si, dos próprios desejos, gestos, movimentos, tons de voz, entre outros comportamentos que representavam a conduta masculina. E nisso, Roma se aproxima da Grécia: os traços de feminilidade eram fortemente reprimidos.

No lugar da pederastia houve abertura para o surgimento e crescimento de prostíbulos de homens para homens, estivessem na posição de atividade ou passividade sexual (Cuatrecasas, 1997). As sociedades que não se apoderavam de discursos sobre liberdade sexual sempre encontraram outros espaços marginalizados para entrarem em contato com os corpos e desejos proibidos. O que não se fazia aos olhos da sociedade (e o afeto era uma virtude grega que precisava ser exposta, independente dos envolvidos no processo), se fazia nas

suas costas; o impedimento social incita o desejo, e o desejo não realizado não anula o caráter dessa proibição, mas cria um espaço fugaz em que ele fica suspenso e suscetível a se proliferar (Bataille, 1994).

Isso atesta-se pelos numerosos escritos literários e também em grafites nas paredes de cidades romanas que denunciavam a quantidade de atividades sexuais, fossem em tom jocoso ou não; e aqui damos ênfase para as de ordem homoerótica, que eram, sobretudo, realizadas nos espaços marginalizados e longe dos olhos do código moral romano. O discurso público canonizado pela ordem dominante vigente não anula a possibilidade de existência de ambientes e atmosferas que cultivam os atos desviantes.

Não é de se espantar que tal qual na Grécia, em Roma as mulheres não tiveram espaço para viverem livremente suas pulsões e seus objetos de desejo (assim como quase nada relacionado ao universo feminino). Embora um pouco menos rígida, Roma ainda se constituía como sociedade patriarcal:

basta pensar na importância de termos como *pater* e *patria* para a religião, a política e a família romana. *Pater* não era apenas o indivíduo que teve filhos, mas o detentor de todo o poder no seio da família (*paterfamilis*), que tinha o direito sobre a vida e a morte da esposa, filhos e escravos. *Pater* também era o termo para designar os senadores na política (*patres*, ou *patres conscripti*). Não é nada incomum encontrarmos invocações como *Liber pater* ("pai Líber", para Baco), ou mesmo a presença da palavra no nome de Júpiter (*Iu-pater*, pai dos deuses) (Flores, 2017, p. 18).

Assim como temos pouco conhecimento de poetisas gregas (Safo, Corina, Erina), os registros da poesia feminina romana são quase nulos; contudo, podemos destacar os epigramas de Suplícia, todos contemplando uma voz poética dirigida a um homem. Não se tem documentação do homoerotismo feminino a partir da visão de mulheres, tampouco podemos dizer que tal foi contemplado por homens, salvo raras exceções, contudo insuficientes, em Ovídio, Marcial, Juvenal e Sêneca.

Isso comprova, apesar de não necessitar de grandes movimentos retóricos para tal, que Roma era uma sociedade além de escravagista, igualmente machista e falocêntrica; que além de prezar pela manutenção desses aspectos, elaborou incontáveis maneiras de fazê-lo mediante a exploração de corpos,

sexualidades e desejos, tão maximizados para alguns e anulados para outros e outras.

5 Considerações finais

A análise do homoerotismo nas sociedades greco-romanas evidencia tanto convergências quanto divergências significativas. Entre os gregos, observa-se uma valorização da relação homoerótica como dimensão pedagógica, social e cultural, marcada pela prática da pederastia e pela construção de laços afetivos entre homens em contextos educativos e cívicos. Já entre os romanos, assumem contornos mais pragmáticos e hierárquicos, fortemente mediados por noções de status, virilidade e dominação, restringindo a aceitação social ao papel ativo e ao controle do próprio corpo, enquanto a passividade se associa a desonra ou subjugação.

Apesar dessas diferenças estruturais, é possível identificar elementos de continuidade: em ambas as sociedades, a sexualidade masculina era estreitamente regulada por normas sociais e culturais, e a homoerotização de relações entre homens se articulava a valores de poder, identidade e sociabilidade. Além disso, em ambos os contextos, a representação literária e artística do homoerotismo atuava como forma de expressão simbólica, revelando práticas, fantasias e tensões que transcendem o simples registro histórico. Cumpre ressaltar, contudo, que tais representações se desenvolvem em contextos marcadamente patriarcais, o que contribui para a quase ausência de registros sobre o homoerotismo feminino, frequentemente silenciado ou marginalizado nas fontes antigas.

Discutir o homoerotismo em sociedades tão distantes cultural e temporalmente é fundamental para compreender de que forma categorias como desejo, gênero e poder se constroem historicamente. A análise das práticas e concepções greco-romanas nos permite perceber que as experiências homoeróticas não são uniformes nem universais, espacial e cronologicamente falando, mas sempre situadas em contextos sociais específicos, desafiando

leituras anacrônicas e ampliando a compreensão das complexidades das manifestações sexuais humanas ao longo do tempo.

Portanto, investigar o homoerotismo greco-romano não apenas ilumina dimensões pouco exploradas da Antiguidade, mas oferece ferramentas críticas para refletir sobre as maneiras pelas quais sociedades posteriores produzem, normatizam e interpretam o desejo e a intimidade, evidenciando a persistência de padrões culturais e a historicidade das experiências homoeróticas.

Referências

- ANDRADE, Tiago Souza de. *O relacionamento homoerótico na Grécia Antiga: uma prática pedagógica*. FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v. 4, n. 2, p. 58-72, jun.-dez., 2017.
- BARBO, Daniel. *O triunfo do falo: homoerotismo, dominação, ética e política na Atenas clássica*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.
- BARCELLOS, José Carlos. *Homoerotismo e homossexualidade: questões de conceito e representação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Tradução de Antonio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- CANDIDO, José. A pederastia e o ideal viril na Atenas Clássica. *Revista de História Antiga*, 2016.
- COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- DOVER, Kenneth J. *Greek Homosexuality*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- FEITOSA, Rodrigo. *Corpos e desejos em Roma Antiga: sexualidade e poder*. Recife: UFPE, 2016.
- FERREIRA, Maria Helena. *As mulheres na Grécia Antiga: religião e política*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- FLORES, Tatiane. O homoerotismo na Grécia Antiga e em Roma: entre o desejo e o poder. *Revista de Estudos Clássicos e Humanísticos*, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- JÚNIOR, Márcio. O amor dos homens. Prefácio. In: CARVALHO, R. et al. (Ed.). *Por que calar nossos amores? Poesia homoerótica latina*. Ed. bilíngue. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 7-11.
- MARROU, Henri-Irénée. *História da educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, 1973.

MATIAS, Antonio Augusto; TERRA, Wllysses Lemos; SILVA, Naiara Cristiane; ROCHA, Maria Helena. A Aphrodisia e o Erótico na Grécia Antiga. *Revista Universo*, v. 1, n. 1, 2016.

MAZEL, Pierre. *O amor grego: o eros na Grécia Antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

OVÍDIO. *Metamorfoses*. Ed. bilíngue. Tradução, introdução e notas de Domingos Lucas Dias; apresentação de João Ângelo Oliva Neto. São Paulo: Editora 34, 2017.

PLATÃO. *O Banquete*. In: *Os pensadores*. Tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Victor Civita, 1972.

SANTOS, Luiz Fernando. *Subjetividades homoeróticas e discurso histórico-literário*. São Paulo: Annablume, 2009.

SILVA, Aline Magalhães da. *Eros e Paideia: o amor e a formação do cidadão na Grécia Antiga*. São Paulo: Annablume, 2011.

SOUSA, Luana Neres de. *A pederastia em Atenas no período clássico [manuscrito]: re-lendo as obras de Platão e Aristófane*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.

VASCONCELOS, Paulo Sérgio. *O corpo e o direito na Roma Antiga*. São Paulo: Edusp, 2012.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Ed. bilíngue. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto Nunes; organização, apresentação e notas de João Angelo Oliva Neto. São Paulo: Editora 34, 2016.